

ANEXO III  
TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

**Objeto:** Contratação de Obra Civil para construção de Novo Muro de Divisa do Campus Maré e adequações em seu entorno, localizado no Campus Maré da Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ.

**Categoria do objeto:** obras e serviços de engenharia

**Referência:** Meta 2024.002 | Processo nº 25389.000304/2024-76

Este documento tem por propósito apresentar (i) o enquadramento e o regime de execução do objeto; (ii) declarações correlatas aos aspectos técnicos da contratação; (iii) fundamentos, parâmetros e limites legais adotados pela Administração na elaboração do orçamento da licitação; (iv) exigências fundamentadas a serem observadas no certame licitatório no que concerne à qualificações econômico-financeira e técnica; subcontratações, participação de consórcios e cooperativas, e de garantia(s) financeira(s) a ser(em) apresentada(s) – sem prejuízo da garantia técnica relacionadas à execução dos serviços, conforme a Lei nº 10.406/2020 (Código Civil) e o artigo 140 da Lei nº 14.1333/2021; e (v) exigências a serem observadas no decurso contratual quanto à questões de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade.

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. CLASSIFICAÇÃO COMO OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

O objeto da presente licitação constitui obra ou serviço de engenharia, sob a seguinte justificativa: (i) responsabilização técnica inerente, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro.

### 1.2. CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM OU ESPECIAL

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é especial, sob a seguinte justificativa: (i) natureza e características (heterogeneidade); e (ii) complexidade funcional, normativa e construtiva do objeto.

Existe jurisprudência do TCU e conselhos de classe (Crea e CAU) no sentido de considerar que o desenvolvimento de projetos para reforma e construção, e a execução de obras não podem ser consideradas como serviços comuns de engenharia em função (i) da variação de soluções técnicas com diferentes padrões de desempenho e qualidade (heterogeneidade); (ii) da complexidade técnico-construtiva; e (iii) das responsabilizações profissionais exigidas.

Sendo assim, a contratação pretendida se enquadra nos serviços especiais de engenharia (art. 6º, XIV, Lei nº 14.133/2021), definidos como *"aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante"*.

Sem desconsiderar a relação com a obra, definida como (art. 6º, XII, Lei nº 14.133/2021):

*"toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel"*.

Por fim, destaca-se que no art. 6º, inciso XLI, define-se o Pregão como "*modalidade de licitação [...] para aquisição de bens e serviços comuns [...]*"; enquanto no inciso XIII definem-se os serviços comuns como "*aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado*".

Nesse sentido, não cabe a contratação do objeto pela modalidade de Pregão.

## 2. REGIME DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime definido no item 8.2 do Termo de Referência, de acordo com a justificativa abaixo:

A escolha pautou-se pelo interesse público à luz dos resultados almejados, considerando parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, e os princípios de razoabilidade e economicidade, versus imprecisões, riscos e imprevistos inerentes à contratação; e pela seguinte fundamentação.

Em se tratando de Empreitada por Preço Unitário, não haverá necessidade de estipular tolerância de erro quantitativo do orçamento.

Já em se tratando de Empreitadas por Preços Global, o Projeto Básico DEFINE as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão nº 1.977/2013-Plenário TCU, adotando o seguinte parâmetro:

*Margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes será de 10 % (dez por cento) em relação a cada item do orçamento, tanto em relação às subestimativas quanto às superestimativas, conforme a seguinte fundamentação.*

Por último, em se tratando de Contratação Integrada, a Administração objetiva compartilhar esforços com as empresas para obter produtos com maior qualidade funcional, ergonômica, ambiental, técnico-construtiva e estética, e com menores prazo e custo.

Isso pode ser alcançado porque as empresas responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e execução de obras têm direcionado seus esforços no planejamento, gestão e controle de dados, informações e atividades; na inovação tecnológica; e na negociação com fornecedores visando o aumento da produtividade com redução de custos, sem prejuízo da qualidade das soluções técnicas -- fatores chave para o sucesso do empreendimento, que se relacionam diretamente com os interesses da Administração.

Nesse contexto, cabe à Cogic a elaboração de premissas de contratação e projetos conceituais, acompanhamento das diretrizes institucionais e gerenciamento de contratações com a própria equipe.

Enquanto as empresas assumem a responsabilidade técnica pelo desenvolvimento dos projetos e execução da obra, a partir de corpo de profissionais em permanente processo de atualização em relação às soluções técnicas e materiais construtivos de natureza geral, e às inovadoras ferramentas de desenvolvimento.

A justificativa específica para adoção do regime de execução, relacionada ao objeto da contratação, está descrita no item 2 do Estudo Técnico Preliminar.

## 3. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o Projeto Básico e documentos técnicos foram elaborados por profissionais habilitados de engenharia e arquitetura, com a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) pelo Conselho de Arquitetura (CAU).

#### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

**Foi** observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

**Foram** adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

**Foram** adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, **foram** adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso:

#### 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTO

No orçamento da presente obra ou serviço **foram** juntadas as **planilhas sintéticas e planilhas analíticas**.

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias consta nos autos.

Na presente licitação **foi** utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

#### 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

**Foram** adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações.

**Foram** adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983/2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

**Foram** adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

#### 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

- observa-se os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- adota-se o parâmetro do **3º quartil**;

Devido a especificidade da Obra, foi necessário incorporar na Administração Local, o profissional Técnico de segurança do trabalho.

Em relação ao cronograma físico-financeiro se prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação foi juntada a Curva ABC relativa aos serviços.

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência **desonerados**, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos

SIMULAÇÃO DOS PREÇOS GLOBAIS (NÃO DESONERADO X DESONERADO)			
	NÃO DESONERADO - 23,54% e LDI 14,52%	LDI	DESONERADO - 29,79% e LDI 20,13%
SERVIÇOS	VALOR		VALOR
MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DO CANTEIRO	R\$ 242.092,34		R\$ 238.287,16
INSTALAÇÃO DE ACESSOS	R\$ 504.759,53		R\$ 456.002,71
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 822.430,44		R\$ 714.563,40
SERVIÇOS TÉCNICOS PRELIMINARES	R\$ 173.731,38		R\$ 153.955,47
DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E TRANSPORTE	R\$ 919.878,27		R\$ 878.801,67
SERVIÇOS EM TERRA	R\$ 70.227,81		R\$ 63.460,31
INFRAESTRUTURA - FUNDAÇÃO	R\$ 1.424.007,86		R\$ 1.337.000,61
SUPERESTRUTURA	R\$ 1.009.575,94		R\$ 988.742,96
FECHAMENTO - VEDAÇÃO VERTICAL	R\$ 2.167.644,99		R\$ 2.120.960,96
IMPERMEABILIZAÇÃO - JARDIM ALTO	R\$ 15.492,78		R\$ 14.735,16
REVESTIMENTOS - LADO EXTERNO (ÁREA DE APLICAÇÃO DE AZULEJOS)	R\$ 25.408,88		R\$ 23.891,44
ESQUADRIAS - ELEMENTOS METÁLICOS	R\$ 63.896,65		R\$ 63.157,70
URBANISMO	R\$ 479.438,81		R\$ 463.804,56
AS BUILT	R\$ 74.584,35		R\$ 64.564,68
DESMOBILIZAÇÃO	R\$ 13.417,45		R\$ 12.098,08
LIMPEZA DA OBRA	R\$ 60.593,28		R\$ 54.806,40
TOTAL (SEM LDI)	R\$ 8.067.180,76		R\$ 7.648.833,27

VALOR LDI	R\$ 1.740.866,79	R\$ 2.109.217,62
<b>TOTAL GERAL (COM LDI)</b>	<b>R\$ 9.808.047,55</b>	<b>R\$ 9.758.050,89</b>

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

- Administração central: **médio**;
- Seguro e garantia: **médio**;
- Risco: **médio**;
- Despesa financeira: **médio**;
- Lucro: **médio**;

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, **será** adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais, de acordo com a seguinte justificativa:

Será utilizado nos serviços de fornecimento de elementos pré-moldados de concreto armado

No BDI reduzido sobre os custos dos materiais:

- **Foram** observados os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- **Foi** adotado o parâmetro do **quartil médio**;

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos.

Em se tratando de Empreitada por Preço Global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

Nos casos em que houve o desenvolvimento de Projeto Executivo pela Administração, este foi juntado aos autos e divulgado com o edital da licitação.

Já nos casos em que não foi elaborado Projeto Executivo, tal atribuição foi expressamente repassada ao Contratado, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada; desse modo, atesta-se que o Projeto Básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos Projetos Executivos pelo Contratado.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### **Registro da empresa no conselho profissional**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU, com base na seguinte justificativa técnica: *natureza, características e complexidade do objeto, e porque as responsabilidades técnicas inerentes são privativas das profissões de arquiteto e engenheiro.*

Ressaltando-se a vedação de exigência de registro de atestado de capacidade técnico-operacional no Crea – conforme o artigo 55 da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 128/2012 - 2ª Câmara e 655/2016, 205/2017 e 2.326/2019, esses últimos do Plenário) – e, por extensão natural, no CAU.

### **Capacidade técnico-operacional**

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme descrito no item 8.40 do Termo de Referência.

### **Possibilidade de somatório de atestados**

Na presente licitação, será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica: *evitar o cerceamento da competitividade e estimular a ampla participação de empresas para obtenção de proposta mais vantajosa e econômica para a Administração.*

### **Capacidade técnico-profissional**

Na presente licitação, serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais, conforme descrito no item 8.37 do Termo de Referência.

### **Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico**

Na presente licitação, não será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação.

## 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será facultativa e o licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

No entendimento do TCU, a exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para as licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Para evitar tal quadro, o Tribunal recomenda que se exija não a visita, mas sim a declaração da licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços (Acórdãos nº 2.150/2008, 1.599/2010, 2.266/2011, 2.776/2011 e 110/2012, todos do Plenário).

Aliás, o último posicionamento da Corte de Contas deixou claro que a vistoria é um Direito da licitante e não uma obrigação a ser imposta pela Administração (Acórdão nº 170/2018 - Plenário).

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão admitirá a subcontratação parcial na presente licitação conforme condições estabelecidas no item 4.5, Seção “Subcontratação”, do Termo de Referência, e seguinte justificativa técnica:

Sempre que não exista fato impeditivo, é desejável permitir a subcontratação com o objetivo de aumentar a competitividade do certamente, bem como melhorar a qualidade final do objeto contratado, uma vez que empresas com maior especialização e experiência na execução de determinados serviços poderão assumi-los.

### 16.1. PERCENTUAL DE SUBCONTRATAÇÃO

Conforme consta no art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

*“§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4 % (quatro por cento) do valor total estimado da contratação [...]”*

*§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25 % (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.”*

*E, segundo art. 122 da mesma Lei: “na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração”.*

*Anteriormente (Leis nº 8.666/1993 e 12.462/2011 - RDC), em função de jurisprudências estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), as exigências de qualificação técnica profissional e operacional estavam associadas ao grupo A da Curva ABC do orçamento estimado pela Administração porque havia o entendimento de que refletia os itens de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação; e, por decorrência, não era admissível subcontratar os itens que fossem objeto de qualificação técnica ou estivessem no grupo A.*

*Outro critério digno de nota dizia respeito ao percentual de subcontratação, limitado à 30 % do valor estimado pela Administração, de modo a não caracterizar esforço consorciado entre contratado e subcontratados.*

*No entanto, considerando-se as contratações de serviços e obras de engenharia, o limite de 30 % não reflete adequadamente as práticas de mercado atuais. Verifica-se que, via de regra, os contratados atuam como gerenciadores de outras empresas, responsáveis pela execução de diversos serviços componentes do objeto, que têm natureza, complexidade e responsabilidade técnica distintas.*

*Nesse cenário podem ser citados como exemplo: a execução de fundações e estrutura, sistemas construtivos diferenciados, instalações prediais (principalmente de elétrica, HVAC e telecomunicações), urbanização e paisagismo; e o fornecimento e instalação de esquadrias em geral, sistemas (notadamente de automação) e equipamentos (elevadores e bombas) -- dentre outros serviços cuja execução compartilhada pode trazer melhores resultados técnicos, com menores custo e prazo de execução. Logo, atendendo-se os princípios da vantajosidade, economicidade e interesse público.*

*É perceptível que a nova Lei de Licitações e Contratos absorveu as jurisprudências que já haviam se tornado parte da antiga Lei, mas procurou trazer um entendimento atualizado sobre a realidade de mercado e a relação entre contratado e contratante, atribuindo-se mais responsabilidades gerenciais e técnicas ao*

*primeiro, e obrigações administrativas e de fiscalização ao segundo. Desse modo, é possível chegar às seguintes conclusões a partir da leitura atenta da Lei nº 14.133/2021:*

*a) as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da licitação são aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4 % (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, independente do grupo a que pertençam na Curva ABC (art. 67; § 1º; Lei 14.133/2021); sendo assim, é possível estabelecer exigência técnica sobre um universo significativamente maior de itens, cabendo à Administração a avaliação da conveniência com vistas a não cercear a competitividade do certamente e refletir a efetiva qualificação dos licitantes;*

*b) as exigências de qualificação estabelecidas pela Administração não vedam textualmente a subcontratação de serviço, sendo inclusive possível ao contratado executar "aspectos [itens] técnicos específicos" do objeto até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado da contratação (art. 67; § 9º; Lei 14.133/2021) -- na nova Lei ou jurisprudência do TCU ainda não está definido o que se entende por "aspectos técnicos específicos", mas é razoável assumir desde já se tratar dos itens do grupo A da Curva ABC da planilha orçamentária;*

*c) em geral, para obras e serviços de engenharia, na construção da Curva ABC a Administração estabelece os percentuais de 20 % para o grupo C; 30 % para o grupo B e 50 % para o grupo A -- de modo a representar a distribuição de valores em relação à complexidade técnica dos serviços. Então: (i) se apenas o grupo A fosse objeto de qualificação (por representar os aspectos de maior relevância técnica do objeto), o contratado já poderia subcontratar até 50 % do valor estimado (soma percentual dos grupos B e C); e (ii) como o contratado pode subcontratar até 25 % dos itens do grupo A; é possível assumir que o contratado possa subcontratar até o limite de 75 % do valor estimado da contratação;*

*d) uma vez que a qualificação técnica e a subcontratação já não se anulam, necessariamente o licitante precisará apresentar a qualificação técnica potencial dos subcontratados no conjunto de documentos a serem apresentados para habilitação pela Administração, sendo admitida a repetição de atestado potencial por mais de um licitante.*

*Em resumo, da análise do texto legal a Administração definiu os seguintes critérios para a qualificação técnica e subcontratação:*

- embora as qualificações técnicas profissional e operacional possam ser exigidas para os itens que ultrapassem 4 % (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, exigir somente para os itens da curva A de modo a não restringir a competitividade da licitação;*
- vetar subcontratação exclusivamente para item que represente a parcela principal ou de maior relevância técnica;*
- definir o limite de subcontratação em 75 % do valor estimado da contratação.*

## **17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**

O Órgão definiu o percentual de capital ou patrimônio líquido mínimo na presente licitação, sob as condições estabelecidas nos itens 8.31 e 8.31.1, Seção "Qualificação econômico-financeira", do Termo de Referência, e seguinte justificativa técnica:

A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deve comprovar que possui capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente à determinado percentual do valor total estimado da contratação, limitado ao máximo de 10 % (dez por cento).

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10 % (dez por cento) (§ 4º; art. 69; Lei nº 14.133/2021).

No entanto, para a definição de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, cabe à Administração considerar o objeto da contratação no contexto do mercado de modo que o limite percentual definido não restrinja desnecessariamente a participação de empresas, notadamente de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo à tais unidades empresariais.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será permitida a participação de consórcios.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será vedada a participação de cooperativas, com base na seguinte fundamentação:

Os serviços a serem executados não são passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem que haja relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração (art. 10; Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5/2017).

A natureza do serviço e/ou o modo como é usualmente executado no mercado em geral, implica na necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade (Súmula nº 281/2012 do TCU)

Por fim, não é admissível que a gestão operacional dos serviços previstos possa ser executada, de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados; assim como não é possível que os serviços incluídos na contratação sejam executados obrigatoriamente somente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

## 20. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Na presente licitação, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

Conforme jurisprudência do TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário).

Nos termos do Capítulo II do Título III da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia a garantia poderá ser de até 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10 % (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos (art. 98), podendo ser elevada para até 30 % (trinta por cento) do valor inicial do contrato para obras e serviços de engenharia de grande vulto (art. 99).

## 21. SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação do Contratado, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;

- foi verificado se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- foi verificada a incidência de normas de acessibilidade (Decreto nº 6.949/2009 e Lei nº 13.146/2015);
- foi verificado o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável, sempre que cabível.

## 22. RESPONSÁVEIS

RESPONDE pelos itens 1 a 3 e 13 a 21:

### ***Equipe de planejamento da contratação***

Conforme Portaria que consta no Processo

RESPONDE pelos itens 4 a 12:

### ***Responsável técnico pela elaboração do orçamento da contratação***

Conforme Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica que consta no Apêndice II do TR